

Family farming in Brazil: from an initial promise to its current impasses

Zander Navarro

Sociólogo. Doutor, pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação (Brasília). E-mail: zander.navarro@embrapa.br

Maria Thereza Macedo Pedroso

Engenheira Agrônoma. Doutoranda em Ciências Sociais (UnB), pesquisadora da Embrapa Hortaliças (Gama, DF). E-mail: maria.pedroso@embrapa.br

Resumo: o artigo analisa criticamente a expressão agricultura familiar, a partir de sua institucionalização no Brasil em meados da década de 1990, enfatizando seus atuais impasses. São oferecidas “dez proposições gerais”, as quais enfocam, cada uma delas, um tema específico relacionado ao conjunto de estabelecimentos rurais de menor porte econômico. São argumentos que indicam que o uso da expressão no país observou um propósito inicial que foi sendo gradualmente modificado, atendendo menos às necessidades das famílias rurais e, mais, a outros interesses. A problematização oferecida sobre esta expressão e suas evidências empíricas indicam que o padrão de desenvolvimento agrário brasileiro caminha rapidamente para consolidar um setor econômico dual, ou seja, altamente produtivo e moderno, mas assentado em forte esvaziamento demográfico das regiões rurais.

Palavras-chaves: agricultura familiar; estabelecimentos rurais de menor porte econômico; desenvolvimento agrário brasileiro.

Abstract: this article critically analyses the expression family farming, after its institutionalization in Brazil in the mid-1990s thereafter emphasizing its current impasses. Ten “general propositions” are offered and each one focuses a specific theme in relation to the group of rural establishments under small economic status. These propositions suggest that the use of this expression in the country has observed an initial purpose that was gradually modified, with less attention being paid to the interests of those rural families in detriment to other different interests. The expression is made problematic in the article and also empirical evidence point to a pattern of Brazilian agrarian development that rapidly builds a dual consolidation, that is, an economic sector highly productive and modern but also rooted in strong demographic emptying of rural regions.

Key words: family farming; rural establishments of small economic scope; Brazilian agrarian development.

Recebido em 4 de maio de 2014 e aprovado em 21 de maio de 2014

6

1 Introdução

Duas décadas após a sua aparição na nomenclatura política brasileira, a expressão agricultura familiar apresenta atualmente sólidas raízes institucionais e dificilmente a sua hegemonia narrativa será esmaecida por longo período de tempo à frente. No imaginário coletivo, agricultura familiar gradualmente incorporou um sentido concreto razoavelmente bem definido e se refere ao “vasto conjunto de pequenos produtores rurais, aqueles estabelecimentos que detêm menores áreas e comandam recursos escassos de equipamentos, terra e capital. São usualmente as famílias rurais mais pobres” (PEDROSO, 2014, no prelo). Ou seja, no cotidiano da vida rural, agricultura familiar é sinônimo de pequena produção rural e, por isto, engloba os estabelecimentos produtores das rendas mais baixas e também aqueles de menores tamanhos de área. Sociologicamente, seria o grande conjunto de famílias que formariam a baixa

classe média e uma fração do subproletariado, ambas as classes moradoras das regiões rurais brasileiras e envolvidas com as atividades agrícolas.

Esta é expressão que surgiu *politicamente* em evento realizado na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1993, e teria sido sugerido por uma extensionista da Emater/MG (NAVARRO, 2010, p. 193), provavelmente informada da ocorrência da expressão na literatura acadêmica. Como se sabe, entre o final dos anos oitenta e a década seguinte alguns cientistas sociais especializados em temas rurais haviam introduzido a expressão, extraída de estudos sobre processos de desenvolvimento agrário ocorridos nos países do capitalismo avançado, sobretudo os Estados Unidos.¹ Ou seja, apenas para o registro histórico, o surgimento da expressão observou um *capítulo acadêmico*, antes de sua incorporação por atores

¹ Os autores realizaram amplo levantamento bibliográfico sobre o assunto, onde esses detalhes são especificados (NAVARRO; PEDROSO, 2011).

políticos, especialmente aqueles ligados ao movimento sindical rural. Mas a expressão somente ganhou a sua institucionalização plena porque encontrou ampla receptividade no âmbito do Governo Federal, a partir de 1995. O Ministério Extraordinário de Política Fundiária, correspondente, então chefiado por Raul Jungmann, incorporou a proposta do movimento sindical e, assim, nasceu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assinado no ano seguinte.²

É cristalina a importância do surgimento da expressão, mas por apenas uma exclusiva razão. Não obstante terem existido nomeações anteriores segmentando os grupos de produtores (e seus respectivos indicadores empíricos demarcadores), como nos anos setenta, aquelas foram classificações inócuas em termos concretos, pois não acarretaram uma categórica ação governamental “a favor dos pequenos”, ficando apenas no plano retórico. Ao surgir nos anos noventa, a expressão agricultura familiar, concretamente pela primeira vez, criou a chance de efetivamente desencadear uma ação exclusiva do Estado brasileiro a favor da vasta maioria das famílias rurais responsáveis pelos estabelecimentos de tamanho médio e pequenos. E foi assim porque já estávamos na vigência de regime democrático, o qual ensejava um ambiente político sob o qual diferentes organizações representativas dos interesses dos pequenos produtores pudessem exercer pressões sobre o Estado, aos poucos garantindo a aprovação de ações governamentais específicas destinadas a esse grupo de produtores de menor porte econômico.

Esta foi a razão primordial que embasa a importância do surgimento da expressão e sua institucionalização – forçar o Estado e seu conjunto de políticas a orientarem-se também de acordo com os interesses e as necessidades desse vasto conjunto de produtores rurais. Mas nada além desse objetivo principal e praticamente exclusivo encontraria algum tipo de inteligibilidade teórica ou prática. Portanto, as tentativas de romantizar as famílias rurais moradoras nesses estabelecimentos certamente serão lidas, futuramente, como expressão da pobreza interpretativa e da preguiça analítica de nossos estudos sobre o assunto. Incensar os agricultores chamados de familiares, como se fossem portadores de alguma “essencialidade comportamental e decisória” e ativassem um “modo de vida” que seria específico e

imune às vicissitudes da vida econômica é, na realidade, uma aberração antropológica inexplicável, fruto da deplorável combinação do populismo de certos setores, da fraca tradição analítica da esquerda agrária e, até mesmo, da ignorância empírica de diversos segmentos das ciências sociais rurais. Ainda mais aberrante tem sido a insistência em contrapor o conjunto que seria “familiar” ao polo que seria o seu suposto opositor econômico – o agronegócio, em uma tentativa canhestra e bisonha de sugerir a existência de uma “luta de classes” nas regiões rurais. A reiteração desse falso binômio causa perplexidade, pois expõe ao ridículo analítico os seus proponentes, fato que também demonstra o lamentável rebaixamento conceitual de nossos tempos.

Passadas duas décadas do nascimento da expressão no Brasil e sua posterior aceitação pelo Estado, originando políticas públicas específicas que exigiram indicadores concretos que fossem empiricamente aplicáveis, este artigo pretende oferecer algumas proposições, a título de avaliação do período. A seguir, são submetidos *dez argumentos gerais* que pretendem focar o tema criticamente a partir de diversos ângulos analíticos. São argumentos que examinam a trajetória da agricultura familiar no Brasil ao longo do período citado, oferecidos à luz do desenvolvimento agrário recente. Alguns são de fácil comprovação factual, enquanto outros argumentos são mais controversos, pois exigiriam maior esforço de pesquisa para o seu entendimento mais completo, o que ainda não foi realizado. E exigiria, em particular, que os bloqueios e travamentos ideológicos associados à narrativa atualmente dominante fossem desativados, assegurando assim o nascimento de uma genuína primavera argumentativa em torno do tema. Como se observará, trata-se de um conjunto de propostas de análise que também incorpora as mudanças econômico-estruturais observadas ao longo dos dois decênios referidos. Os autores desse texto tendem a aceitar as teses gerais de recente artigo, o qual gerou um extenso livro analítico lançado no ano corrente. Aquele artigo sugere que o Brasil agrário e agrícola adentrou uma nova e inédita fase em sua história, com características econômico-produtivas e tecnológicas inteiramente diferentes, com profundas implicações em todos os desvãos da vida social rural, não apenas em termos propriamente agrícolas (BUAINAIN et al., 2013). Foi artigo que gerou um projeto, informalmente denominado de “projeto sete teses”, o qual mobilizou meia centena de pesquisadores para desenvolver mais intensamente os focos analíticos sugeridos naquele texto, e o livro resultante, sem dúvida, deverá produzir repercussões igualmente relevantes para as futuras interpretações sobre o mundo rural brasileiro (BUAINAIN et al., 2014). Em consequência, as dez proposições gerais sobre a agricultura familiar, apresentadas e sucintamente discutidas a seguir também são influenciadas pelas discussões do referido projeto (os autores deste artigo são também autores de textos contidos no livro resultante do citado projeto).

² Como inúmeros cientistas sociais brasileiros são fortemente ideologizados e obedecem a estímulos partidários primeiramente, e somente depois à ciência e seus requisitos, é improvável que o papel decisivo de Jungmann algum dia será reconhecido mais enfaticamente. Um quadro ligado ao antigo Partido Comunista Brasileiro, foi Ministro que manteve postura abertamente receptiva aos setores populares influenciados por partidos de esquerda e, na realidade, foi o responsável principal pela institucionalização da expressão agricultura familiar no Brasil, pois durante sua gestão foi assinado o Pronaf. Como curiosidade histórica, o Decreto 1.946 (junho de 1996), que institucionalizou aquele Programa e cujo objetivo principal seria “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” não tipifica empiricamente o que seriam os agricultores que passaram a ser chamados de “familiares”, uma lacuna emblemática dos equívocos que viriam a caracterizar a conceituação de tal grupo.

Primeira proposição: *Após o surgimento e a institucionalização da expressão agricultura familiar, seus objetivos iniciais propostos foram sendo radicalmente modificados com o passar dos anos. Gradualmente, a expressão se tornou retórica e sem efetividade prática.*

Os autores desse artigo têm insistido, exaustivamente, em diversos textos, sobre o “erro de nascença” da expressão agricultura familiar, pois foi uma noção demarcadora do conjunto de produtores que originalmente caracterizou-se pela visão ideológica anticapitalista, refletindo-se nos quatro indicadores que em tese separariam os familiares dos demais produtores rurais. É preciso reconhecer, talvez com urgência, que confrontada com o mundo real a *definição de agricultura familiar no Brasil está errada* e precisa ser corrigida. Os aspectos equivocados dizem respeito aos dois critérios, previstos na Lei de 2006, que sugerem que os familiares devem usar, predominantemente, o trabalho dos membros da família e restringir a contratação de assalariados externos e, também predominantemente, devem evitar o trabalho fora da atividade agrícola. Esses critérios são espantosos equívocos, à luz das realidades agrárias e a explicação para que tenham sido incorporados à noção brasileira de agricultura familiar já foi oferecida em outro texto dos autores (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 103-123).

Sobre os outros dois critérios normativos, são relativamente universais e não representam uma novidade. “Familiar”, quando associado à atividade agrícola, diz respeito apenas à gestão da propriedade e, neste sentido, ao se privilegiar a administração familiar da atividade agrícola, nada há a obstar e nem aqui existiria alguma novidade. E a limitação do tamanho de área dos estabelecimentos que seriam considerados como familiares (quatro módulos fiscais) também não representa um indicador particularista a ser destacado, pois se está falando de “pequenos produtores” e, portanto, aquele limite circunscreve o conjunto de estabelecimentos de menor porte – de tamanho de área e, no geral, também de porte econômico.³

Assim, quais os problemas com a noção de agricultura familiar, tal como foi institucionalizada no Brasil? Além da eliminação dos dois critérios acima referidos, são três outros os erros inscritos em tal expressão, em particular. Primeiramente, o fato de tal noção não segmentar, em termos concretos, o conjunto específico de agricultores que a intenção inicial da expressão, ao ser institucionalizada em 1996, pretendia separar nas diferentes regiões rurais. Quase todos os produtores são “familiares”, em termos de administração, inclusive aqueles estabelecimentos de tamanho de área maior. Na atividade agrícola, os proprietários, quase sempre, preferem manter a administração direta em suas mãos e, assim, nem mesmo entre os imóveis de grande tamanho os

proprietários aceitam transformar sua atividade em uma empresa de capital aberto, contratando administradores e passando a ser uma firma corporativa, no sentido estrito do termo. Por esta razão, até mesmo na agricultura capitalista mais moderna do mundo, que é a norte-americana, aproximadamente 98% dos estabelecimentos são definidos como familiares, significando que são administrados por membros da família de proprietários. Em síntese: intitular de “familiar” um tipo de agricultura, concretamente, nada acrescenta em termos de tipificação do conjunto de produtores. Ou seja, não classifica e nem discrimina empiricamente. É um erro banal insistir em opor os estabelecimentos que seriam familiares àqueles que são geridos por empresários rurais e de maior porte econômico, pois esses últimos, em termos de gestão, são igualmente familiares.

O segundo erro, de consequências práticas desastrosas, ao longo dos anos, tem sido o esforço (sobretudo das ações governamentais e das organizações sindicais) de tentar universalizar a expressão para todo o país, como se os pequenos produtores vivessem situações *essencialmente similares*, do ponto de vista da produção e de suas chances econômicas (para não citar as condições ecológicas de sua produção), nos diferentes rincões rurais de um território vastíssimo como o brasileiro. Ou erro ainda mais grave: supondo que as mentalidades e os comportamentos sociais são igualmente similares, ignorando as diferentes visões de mundo, comparativamente, existentes no âmbito desse conjunto de famílias rurais. Ao assim proceder, pasteurizando a expressão e fantasiando a sua homogeneidade para todas as regiões rurais – uma evidente falsidade empírica – aqueles que foram os responsáveis originais pela expressão atenderam objetivos especialmente políticos e sindicais, mas se distanciaram da realidade concreta vivida pelas famílias rurais dos pequenos estabelecimentos. Este é um “pecado original” da noção, desde o seu nascimento, pois forçou uma aparente homogeneização de um conjunto de produtores que, concretamente, é muito diverso – os pequenos produtores, no Brasil, vivem situações extremamente diferenciadas, para as quais seriam necessárias tanto políticas diferenciadas como também ações sindicais distintas. Ao assim proceder e insistir nesta falsa homogeneidade nos anos seguintes à sua institucionalização, a noção foi perdendo efetividade prática e, aos poucos, passou a atender apenas aos interesses de uma orientação governamental que pretende, principalmente, apresentar publicamente uma postura de atender “os mais pobres do campo” (mas sem se preocupar em provar se isto, de fato, está ocorrendo), com objetivos especialmente eleitorais e, também, atender os interesses sindicais, pois suas organizações se sentem confortáveis em usar uma expressão que, supostamente, representa sua base social. Não espanta que duas décadas depois essas organizações sindicais experimentem a maior crise de representação de sua história e as ações governamentais, por outro lado, se apresentem claramente sem resultados efetivos.

³ E por que o limite cabalístico de quatro módulos? A explicação é curiosíssima e pode ser encontrada em Navarro (2010, p. 194).

Finalmente, o terceiro erro original desta expressão é o mais grave e resulta da excessiva ideologização que marcou o seu nascimento no Brasil, obscurecendo fortemente a vida real das famílias responsáveis pela pequena produção rural. Com certa perplexidade, agricultura familiar, ao ser definida inicialmente, não foi considerada, especialmente, como uma *atividade econômica* e, como tal, o esforço das famílias rurais envolvidas precisa resultar em renda positiva, para que essas últimas se mantenham como agentes econômicos. Ao romantizar ideologicamente a existência de famílias rurais que seriam “felizes porque moram no campo” e desejam continuar perseverando na atividade, ainda que mantendo níveis abjetos de pobreza e precarização social, os principais responsáveis por propor tal expressão (quase todos membros de uma classe média urbana) ignoraram as extremas dificuldades da vida rural dos pequenos produtores, idealizando uma expressão que se tornou mágica – e ineficaz, em termos concretos. Tivesse ocorrido menos ideologia e mais conhecimento da realidade, no nascedouro da expressão no Brasil, “agricultura familiar” seria definida entre nós como é no caso estadunidense: naquele país, sendo esta atividade agrícola uma parte da economia, agricultura familiar se segmenta, exclusivamente, por um critério de renda, para fins de políticas públicas. De acordo com certos níveis de renda bruta auferida como resultado da atividade, os estabelecimentos rurais são categorizados como diferentes tipos de agricultores familiares (muito pequenos, pequenos, médios e a agricultura familiar de larga escala).

Por tais razões, em nossos dias a expressão agricultura familiar não tem atualmente quase nenhuma relevância concreta para as famílias rurais brasileiras. Seu uso é, sobretudo, destinado a atender a outros interesses, sejam aqueles de justificação de políticas governamentais, ainda que relativamente inócuas, sejam os interesses partidários de manutenção de espaços conquistados com objetivos eleitorais ou sejam, também, os interesses sindicais que pretendem manter alianças e esferas de influências em regiões rurais. A expressão, na realidade, não tem quase nenhuma implicação prática para a vida cotidiana das famílias rurais e seu sucesso produtivo e bem estar social.

Segunda proposição: *É falso o principal argumento utilizado para valorizar a importância social e econômica do conjunto de pequenos produtores rurais chamado de “familiar” no Brasil.*

À luz da frase que insiste que “setenta por cento da produção de alimentos deriva da agricultura familiar”, a pergunta imediata seria – “ainda que fosse verdade, e daí?” Qual a conclusão prática poderia ser derivada da frase? A resposta imediata, claro, tem sido defender as políticas que, supostamente, apoiam a produção desse grande conjunto de produtores rurais, pois seria esta a melhor solução, presumivelmente, para

o desenvolvimento agrário brasileiro e a prosperidade das regiões rurais. Sem sequer discutir com frieza analítica a resposta oferecida (que é pelo menos controversa), caberia inicialmente problematizar a frase inicial, exatamente porque ela contém a expressão “agricultura familiar”, como se este fosse um conjunto relativamente homogêneo de produtores rurais e suas respectivas famílias, independentemente da região onde moram, da situação produtiva em que seus imóveis se encontram, dos graus de inserção aos mercados regionais, dos níveis de renda, do acesso a serviços públicos, entre diversos outros aspectos sociais e econômicos. Em termos mais simples: agricultura familiar, no Brasil, mistura alhos com bugalhos e, assim, é expressão sem conteúdo concreto e diferenciador.

Em um país continental como o Brasil, seria impossível imaginar que o conjunto de pequenos produtores rurais é são “homogêneos”, seja qual for o critério utilizado, conforme antes ressaltado, na proposição anterior. Nesta parte, contudo, o interesse será confrontar aquela frase, tornada um postulado de fé repetido por tantos, inclusive entre cientistas sociais, com os dados do Censo 2006, primeiramente publicados em reveladores artigos que vieram a lume em 2010 e 2012 (ALVES; ROCHA, 2010; ALVES et al., 2012). Foram textos em que os autores mediram os resultados produtivos de cada estabelecimento rural em termos do valor bruto de sua produção (VBP), em acordo com os preços de mercado então vigentes. A seguir, segmentaram o conjunto de estabelecimentos em quatro grupos de renda bruta, medidos pelo valor do salário mínimo do ano do levantamento censitário: o primeiro grupo, englobando os estabelecimentos cujo VBP correspondia ao estrato de zero a dois salários mínimos, os quais seriam os produtores mais pobres; seguidos pelo grupo de dois a dez salários mínimos; de dez a duzentos salários e mínimos e, finalmente, o grupo dos produtores mais ricos do campo, aqueles cujos estabelecimentos rurais auferiam, naquele ano, o equivalente a mais de duzentos salários mínimos. Como é evidente, esses quatro grupos de produtores representam uma segmentação arbitrária dos autores, e poderia ser outra a segmentação a ser apresentada, englobando os produtores segundo outra classificação, em termos de salários mínimos correspondentes ao VBP de cada estabelecimento.

Uma vez decidida àquela segmentação, entretanto, os autores distribuíram os estabelecimentos rurais e verificaram a sua contribuição proporcional, em termos da riqueza agropecuária total apurada pelo censo no ano de seu levantamento. Os resultados não poderiam ser mais surpreendentes, quando evidenciaram que apenas 0,62% do total dos estabelecimentos respondiam por aproximados 51,2% do total da produção agropecuária e pouco menos de dez por cento dos estabelecimentos respondiam por 85% do valor bruto total da produção agropecuária (ALVES et al., 2012, p. 48). Esse conjunto englobando tantos os estabelecimentos de maior tamanho de área como, igualmente, dezenas de milhares de pequenos

imóveis rurais fortemente integrados aos mercados, em diversas cadeias produtivas espalhadas pelo país.

Esses são os dados reais, extraídos do Censo mais recente, sendo inclusive provável que os índices de concentração da produção agropecuária, atualmente (quase dez anos após aquele levantamento), sejam ainda mais alarmantes. Por que então a repetição da frase mágica, que não encontra correspondência na realidade empírica do mundo rural? O desenvolvimento agrário brasileiro tem produzido uma intensa concentração da produção nas mãos de poucos produtores, usualmente estabelecimentos rurais de larga escala, nas mais diversas regiões agrícolas. Mesmo em regiões onde predominam os imóveis de menor tamanho de área, têm ocorrido processos de concentração econômica e financeira, evidenciados através dos indicadores de valores brutos da produção (ver a “Sexta proposição” deste artigo) e, em decorrência, causa pasmo a idealização romântica sobre um conjunto de produtores rurais que não apenas não respondem por aquela fantasiosa proporção dos “setenta por cento da produção de alimentos” como, ainda mais preocupante, encontram-se cada vez mais encurralados pela competição capitalista e o acirramento concorrencial nas regiões de produção.⁴

Terceira proposição: *A longa marcha da insensatez - da agricultura familiar ao campesinato e à agroecologia.*

Nesse século, foi sendo desenvolvido um esforço, *exclusivamente político*, de ampliar as potenciais possibilidades práticas da agricultura familiar, como parte do discurso de cientistas sociais e seus aliados no mundo das ONGs e de setores governamentais, também incluindo setores sindicais e organizações políticas, como o MST. Sob esse novo ideário que foi sendo constituído, surgiram novos focos de ação política que, gradualmente, passaram a ganhar força institucional, embaçando cada vez mais a (urgente) necessidade de interpretações sobre o estado atual do desenvolvimento agrário brasileiro. São iniciativas estimuladas por um campo político e partidário que poderia ser intitulado, genericamente, de esquerda agrária, e seus esforços, ainda que legítimos, politicamente falando, não têm produzido resultados concretos. Pelo contrário, algumas das iniciativas causam grande espanto, por serem claramente distantes das realidades vividas pelas famílias rurais em nome das quais aqueles setores políticos se apresentam como representantes. Além disso, são também iniciativas igualmente refratárias ao conhecimento acumulado na literatura especializada. Não podendo discutir

detalhadamente todos os aspectos dessa “nova narrativa” posta em marcha, se comenta rapidamente a seguir apenas sobre dois desses temas que ganham espaço crescente entre os interessados no mundo rural brasileiro.

Primeiramente, foi surgindo uma noção sobre um possível “novo formato tecnológico” que, supostamente, poderia substituir o padrão tecnológico da agricultura moderna – a agroecologia. Um dos autores desse artigo discutiu longamente o surgimento da expressão e suas características e não se repetirá aqui o tema em seus detalhes (NAVARRO, 2013). Nesta parte, contudo, salientar-se-á somente, à título de ilustração do problema e sua discussão, que o ideário da agroecologia defende que os sistemas produtivos dos produtores (supostamente, apenas os familiares), se forem agroecológicos, precisarão ampliar a diversidade produtiva e no interior de cada estabelecimento rural deverão ser estimulados diversos cultivos e atividades de produção animal, por razões que são apontadas como sendo ecologicamente saudáveis. Sem discutir a proposta, e restringindo o comentário exclusivamente a esse aspecto (que integra os mágicos “princípios da agroecologia”), apenas para problematizar a proposta ora sendo estimulada, são apontadas duas facetas associadas a esta exigência procedimental do que viria a ser, em tese, um formato agroecológico. Primeiramente, os autores e defensores de tal ideia esquecem que o que chamamos de agricultura moderna, que se tornou enraizada nas regiões rurais brasileiras a partir do final dos anos sessenta, modelou-se na história tecnológica da agricultura norte-americana e, como tal, tem sido raro o estudo de autores brasileiros (e, menos ainda, das organizações sindicais rurais) da história rural daquele país e as suas tendências gerais e ensinamentos para o caso brasileiro. Ou seja, no país que primeiramente firmou-se a expressão agricultura familiar e o padrão tecnológico inspirou a modelagem da moderna agropecuária em diversos países, as Ciências Sociais brasileiras, praticamente, ignoram aqueles aspectos.

Em segundo lugar, e em decorrência do anterior, seria preciso perceber que a agricultura moderna, naquele país (e em outros que adotaram o mesmo modelo produtivo e tecnológico), aquela diversidade defendida pela chamada agroecologia seria impossível de ser observada em termos práticos, por diversas razões de relativa obviedade. Como ilustração, o Gráfico 1 (a seguir) apresenta a “perda de diversidade” nos estabelecimentos rurais norte-americanos, durante um longo período que se estende por mais de um século, durante o qual os produtores daquele país (insista-se: 98% deles enquadrados como familiares) foram gradualmente abandonando, primeiramente, a combinação de atividades de produção vegetal e animal e, posteriormente, o maior número de atividades agrícola em detrimento da especialização produtiva em dois ou três cultivos principais. Esta tem sido tendência observada em todas as agriculturas mais modernas do mundo, sendo curioso que no Brasil existam diversos defensores, em nossos dias, que entendem ser a agroecologia viável como formato tecnológico para

⁴ O exemplo mais emblemático da romantização acerca de tais produtores, em termos de literatura disponível no Brasil é o documento “Dez qualidades da agricultura familiar”, assinado pelo autor mais representativo do populismo agrário atualmente, o holandês Jan Douwe van der Ploeg. Ver em “Cadernos de debate”, número 1, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. É inacreditável que cientistas sociais brasileiros recebam esse texto como se fosse sério e pudesse explicar as realidades agrárias no país.

organizar a produção agropecuária dos pequenos produtores rurais.

O segundo tema não merece longa discussão a respeito, sendo referido nesta parte apenas indicar a perplexidade dos autores desse artigo com o seu surgimento nos ambientes que discutem a agropecuária brasileira, incluindo os espaços acadêmicos. Em anos mais recentes, tem sido difundida uma noção ainda mais inacreditável, que tem sido a sugestão de surgirem novos grupos sociais nas regiões rurais que têm sido chamados de “camponeses” e, assim, alguns cientistas sociais falam em novos fenômenos de “recampesinização” da agricultura brasileira, expressão que tem sido também utilizada por organizações políticas, como o MST, além de setores governamentais. À luz da história conceitual do termo “camponês” (e seus correlatos, como campesinato), o que é consolidado no pensamento científico das Ciências Sociais, a tentativa de reaplicar tais conceitos atualmente joga seus proponentes imediatamente no campo do absurdo e deve-se apenas lamentar que esse deplorável retrocesso analítico esteja sendo observado no Brasil.

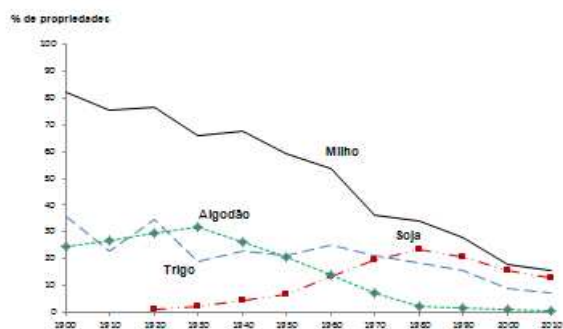


Gráfico 1 – Estados Unidos. Cultivos principais distribuídos por proporções de propriedades rurais, 1900-2010

Fonte: adaptado de MacDonald et al., 2013.

Essas são duas ilustrações, entre tantas outras, que têm produzido um processo de rebaixamento interpretativo raras vezes observado no passado, e confundindo ainda mais as possibilidades de analisar corretamente o desenvolvimento agrário brasileiro, em seu curso atual – e, conseqüentemente, suas potencialidades econômicas, mas também seus impasses sociais.

Quarta proposição: *"Nunca antes na história deste país" a produção rural de pequeno porte econômico esteve tão ameaçada.*

Observa-se no Brasil atualmente uma inquietante paralaxe entre um processo social e econômico real – a vida e a produção dos pequenos produtores rurais – e sua interpretação. Em face do adiantado na primeira proposição deste texto, ao se forçar a mudança da observação (e análise) sobre

aquele processo, o tema parece também ter mudado de posição, surgindo a agricultura familiar como “algo novo”, crescentemente envolta em uma visão mágica e mistificadora.⁵ Sob a névoa do obscurantismo ideológico, poucos cientistas sociais (especialmente entre os sociólogos, onde a cegueira tem raízes mais robustas) têm percebido que a partir do final da década de 1990 foram acelerados, cada vez mais, os processos econômicos, engolfando as regiões rurais em dinâmica comercial e financeira inéditas em nossa história rural. As últimas duas décadas modificaram radicalmente o funcionamento da atividade agropecuária nas diversas regiões rurais do país.

Nesse novo período, gradualmente vem se impondo um novo “modo de acumulação” no campo, centrado, especialmente, no capital financeiro e na necessidade de liquidez para se manter na corrida tecnológica que vai caracterizando a atividade. Na maior parte dos setores produtivos, as tendências de ganhos de escala, crescente especialização e aprofundamento da intensificação tecnológica significam, na realidade, maiores necessidades de capital financeiro, pois os custos de produção se elevam e os montantes transacionados igualmente vêm se elevando. Além disso, os agentes privados que também se tornaram emprestadores de capital aumentaram em número e em tipos, pois não mais apenas os bancos e os financiadores usuais do passado permaneceram. “Tradings” e empresas vendedoras de insumos, além das empresas compradoras à montante passaram a ser fornecedoras de capital e, ao fazê-lo, introduziram novos elementos de seleção de produtores, aprofundando os processos seletivos em marcha nas regiões rurais.

Somando tais novas facetas que vem moldando as atividades agropecuárias, nesse novo “modo de produção agrícola e agrário”, uma das conseqüências têm sido acirrar, de forma inédita, os processos concorrenciais no campo. E os produtores de menor porte econômico, como seria esperado, têm sido os maiores perdedores desse novo mundo que vem se instalando nas regiões rurais. Não conseguem se apropriar da tecnologia na mesma velocidade e, desta forma, são excluídos em maior proporção dos processos produtivos, reduzindo suas chances de integração aos mercados sob mecanismos de alguma

⁵ Existe aqui uma curiosíssima inversão em termos da história das ideias políticas, pois é paralaxe que nos remete ao conceito de ideologia. Nas Ciências Sociais, ideologia tem sido conceito que a tradição (teórica e política) anticapitalista tem recorrido frequentemente, para demonstrar a formação de uma “visão de mundo” destinada a encobrir certas formas de dominação de classe e afirmar uma ordem social conservadora. No caso aqui discutido, a esquerda agrária, antes influenciando de fora do Estado e, depois, a partir de 2003, efetivamente no poder do Executivo, tem exercido o papel atribuído anteriormente aos setores burgueses, pois tem sido responsável por uma nova “narrativa dominante” que vem impedindo a interpretação empírica das realidades agrárias. Em termos mais simples: trata-se de uma ideologia de esquerda que mistifica completamente os processos, sobretudo os econômicos, em curso nas regiões rurais. Os anos vindouros demonstrarão ter sido esta uma construção ideológica deplorável, por sua pobreza analítica e ignorância empírica.

igualdade competitiva com os demais agentes econômicos.

Quinta proposição: *Experimentaremos o maior processo de rarefação demográfica da história rural brasileira nos próximos 10-15 anos. Esse esvaziamento verificará a sua maior expressão quantitativa nas regiões rurais do Nordeste.*

A distribuição espacial e a estrutura etária das famílias rurais brasileiras, atualmente, permite propor um diagnóstico extremamente sombrio sobre o futuro próximo dessas regiões, com particular ênfase para o Nordeste rural. Este é período histórico que é tipicamente transicional, em todas as regiões rurais brasileiras, ainda que as facetas sociais e demográficas, em cada região específica, indiquem processos de mudança que podem ser razoavelmente diferenciados. Nas regiões mais prósperas, por exemplo, o esvaziamento do campo decorre, basicamente, de “fatores de sucesso”. Ou seja, a capacidade produtiva dos pequenos produtores, ao longo dos anos, permitiram oferecer aos filhos das famílias rurais a chance do acesso à educação e o resultado tem sido a desistência da vasta maioria desses jovens, a maior parte, inclusive, porque aprenderam novas profissões. O abandono, nesses casos, resultaria de casos de prosperidade. Em polo oposto, nas regiões rurais empobrecidas, o abandono do campo pelos membros da faixa etária intermediária das famílias rurais decorre de “fatores de insucesso” (ou fatores de expulsão, como a literatura sobre migrações enfatizaria). Ou seja, a informação comparativa que opõe a precariedade geral do mundo rural à visão edulcorada do mundo urbano e as facilidades de transporte hoje existentes vêm facilitando enormemente as decisões de abandono e a efetivação de processos migratórios definitivos. O caso do Nordeste rural é particularmente grave, por ser uma grande área geográfica que abrigaria em torno da metade das famílias rurais tecnicamente definidas como “pobres”. Esta é região na qual a maioria dos mais jovens já deixaram o campo, em números alarmantes, à procura de trabalho nas cidades e novas ocupações de maior renda e perspectivas futuras. Gradualmente, vão permanecendo no campo apenas o casal de agricultores mais velhos, já vivendo de aposentadorias ou algum tipo de transferência social. Como se insiste em outra parte desse artigo, com o horizonte temporal que trará o desaparecimento desse grande conjunto de casais mais velhos, as regiões rurais nordestinas sofrerão um nítido processo de esvaziamento (o que será tornando ainda mais premente em função do fenômeno das mudanças climáticas, que tornará a atividade agrícola um caso mais excepcional do que a norma usual, em face da dramática escassez de recursos hídricos que tem sido anunciada).

Os dados conhecidos sobre as diferenças de renda entre as regiões, conforme a Tabela 1 (a seguir) apenas comprovam este quadro futuro de certa dramaticidade social, em face do qual os pequenos produtores serão os mais afetados e forçados ao

abandono mais rápido da atividade agropecuária. Com uma renda bruta por estabelecimento que é duas vezes e meia menor do que a média brasileira, sete vezes menor do que aquela prevalecente no Centro-Oeste e quase cinco vezes menor do que a renda bruta média vigente por estabelecimento na região Sul, os pequenos produtores rurais nordestinos tem atualmente chances reduzidas de se manterem como agricultores. Ainda se manterão como fornecedores dos mercados regionais, mas apenas até que esses últimos sejam alcançados pelas grandes redes de atacadistas que mobilizam os mesmos produtos com preços mais baixos, oriundos de regiões de produção agrícola modernizada com maior produtividade e custos por unidade menores. Em algum tempo, portanto, a combinação entre o forte envelhecimento dos pequenos estabelecimentos rurais no Nordeste e a inundação de mercadorias mais baratas dos mercados regionais acabará inviabilizando milhares de pequenos estabelecimentos rurais da região.

Tabela 1 – População rural e renda bruta por estabelecimento

Regiões	Número	(%)	Renda bruta por estabelecimento
Norte	4.202.494	14,1	20.199,13
Nordeste	14.261.242	47,8	12.367,08
Centro-Oeste	1.570.468	5,2	91.177,27
Sudeste	5.691.847	19,1	58.033,84
Sul	4.126.935	13,8	43.991,28
Brasil	29.852.986	100,0	32.199,13

Fonte: população – Censo Demográfico, 2010. Os dados referentes à renda bruta por estabelecimento rural são do Censo Agropecuário, 2006.

Sexta proposição: *Em nossos dias, nem mesmo a “prosperidade geral” mais aparente, resultante de alguma dinâmica econômica regional, assegura caminhos de manutenção e continuidade para os estabelecimentos rurais de menor porte econômico.*

Não apenas as tendências espaciais e demográficas antes apontadas conspiram atualmente contra a persistência da pequena produção rural. Nem mesmo os casos de “prosperidade geral” garantem mais a permanência futura dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico. A maior parte dos estudos realizados sobre diferentes situações regionais parecem indicar que os estudiosos ignoram a existência de “lógica econômica” associada aos processos de rápido crescimento da produção, a estruturação de novos mercados e o acirramento concorrencial consequente. São descrições sobre as atividades agrícolas dos pequenos estabelecimentos, as quais, contudo, não trazem para a análise a concorrência inter-capitalista e

o papel dos mercados na definição dos agentes econômicos ganhadores e aqueles que, pelo contrário, vão sendo marginalizados da possibilidade de venda de seus produtos e a consequente garantia de renda familiar.

Um exemplo paradigmático é aquele extraído da leitura do estudo realizado sobre a suinocultura do Oeste Catarinense pelos técnicos da Embrapa de Concórdia, Marcelo Miele e Cláudio Rocha de Miranda (MIELE; MIRANDA, 2013). Analisando o histórico da atividade e a gradual formação de uma sofisticada cadeia produtiva determinada pelo agente econômico mais poderoso – atualmente a BR Foods, depois de diversos processos de compras e fusões ao longo dos anos – os autores também enfatizam detalhadamente os processos produtivos e os formatos tecnológicos. Indicam, desta forma, o aumento das escalas de produção, a intensificação tecnológica e o crescente adensamento monetário da atividade, o que também produziu, ao longo das décadas mais recentes, em consequência, um nítido processo de diferenciação social que foi selecionando os produtores que melhor atendiam os interesses dos demais agentes econômicos participantes da cadeia produtiva. O Gráfico 2, a seguir, apresenta o resultado desse processo histórico, que é emblemático da lógica econômica que, no geral, prevalece na agricultura.⁶ Os números constantes na figura falam por si mesmos, sugerindo exatamente a contraposição dos dois processos maiores que atualmente caracterizam a agricultura brasileira. De um lado, a transformação virtuosa, que aprofunda a incorporação tecnológica e amplia notavelmente a produtividade total de fatores e, de outro lado, a face perversa do processo, inerente à lógica do crescimento capitalista em qualquer atividade, que é selecionar os participantes do jogo econômico, excluindo aqueles que não conseguem se apropriar dos ganhos produtivos decorrentes da elevação da produtividade e, aos poucos, são excluídos dos mercados.

A perversidade social inerente ao desenvolvimento agrário, em nossos dias, não usa este termo por sua dimensão moral, mas principalmente para enfatizar a deplorável crueldade política de um período histórico em que as ações governamentais são, todas elas, propagandeadas em nome de slogans “a favor dos pobres”, quando a realidade agrária, pelo contrário, age exatamente no sentido oposto. Esta é dualidade que uma leitura analítica correta não poderia deixar de denunciar – e não por razões políticas (menos ainda por razões partidárias), mas porque o mundo rural brasileiro experimenta atualmente uma sangria demográfica que, no futuro, será maléfica à estruturação social e à distribuição espacial de nossa sociedade, por concentrar largas proporções da população em algumas regiões metropolitanas, enquanto o vasto interior do país permanecerá sob reduzidos índices de ocupação demográfica.

⁶ Do ponto de vista de uma análise da economia política marxista, uma correta explicação teórica distante das mistificações propagadas pela esquerda brasileira se encontra em Bernstein (2011).

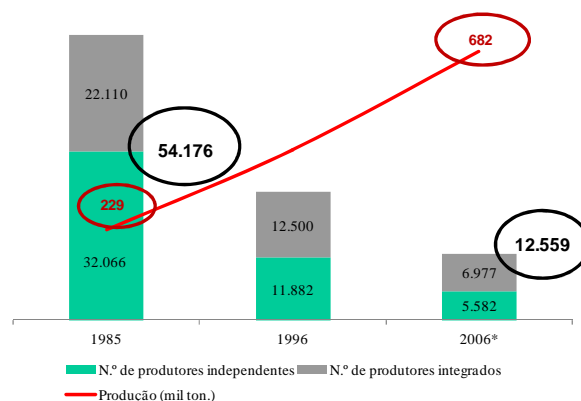


Gráfico 2 – A lógica econômica: número de produtores na suinocultura industrial e produção de carne suína, Santa Catarina (1985, 1996 e 2006)

Fonte: Miele e Miranda (2013, p. 202).

Sétima proposição: *A ação governamental federal está inteiramente equivocada em suas interpretações acerca das realidades agrárias, pois não é orientada pela empiricidade dos fatos da vida social e da produção rural, mas motivada, sobretudo, por objetivos políticos-partidários e sindicais.*

Causa um sentimento de estupor a análise das políticas governamentais operadas no período recente, em especial a partir de 2003, quando novos operadores governamentais iniciaram seus mandatos prometendo inovações diversas em benefícios “dos mais pobres do campo”. Os equívocos associados à expressão agricultura familiar, conforme antes salientado, são anteriores àquele ano, pois nascendo com a sua institucionalização, em 1996. Mas, a partir dos anos iniciais desse século, novos operadores motivados pelo ideário da esquerda agrária passaram a comandar uma série de políticas e programas governamentais e, desta forma, implementaram uma estratégia orientada, sobretudo, por um ideário político – e menos por interpretações das realidades agrárias assentadas na literatura e no conhecimento acumulado. Os exemplos seriam abundantes e, talvez, não precisem ser detalhados nesta parte do artigo.

Não comentando sobre o absurdo analítico que tem sido tanto o ressurgimento de deploráveis interpretações que falam em “recampesinização” ou a mistificação sobre supostos “formatos tecnológicos alternativos” em nome da agroecologia, à parte a discussão que é central nesse texto (o debate sobre agricultura familiar e suas facetas diversas), a análise futura sobre esses anos demonstrará um conjunto ainda mais expressivo de equívocos que vêm marcando a ação governamental no país. Inclusive, em contraposição à exigência democrática de fomentar um amplo debate sobre os rumos do desenvolvimento agrário. Pelo contrário, os novos operadores, a partir de 2003, vêm insistindo em forçar a concretização de uma “narrativa dominante” que não admite problematizações ou interpretações sob outros focos –

algo inimaginável, em se tratando de campos disciplinares marcados pelo dissenso teórico, como as Ciências Sociais e, também, quando se relaciona a realidades sociais e produtivas tão extraordinariamente heterogêneas, como as regiões rurais brasileiras. Tem sido assim porque a ação governamental tem sido marcada, especialmente, por orientações políticas e uma leitura ideológica da realidade e tem desprezado o conhecimento acumulado pela pesquisa brasileira sobre o assunto. Bastaria um exemplo, pequeno, mas revelador, para ilustrar essa postura, que tem sido a insistência no uso da expressão “povos tradicionais” em tantos discursos governamentais. É expressão que parece ignorar nossa história social que demonstra sermos um país formado por populações de migrantes, uma história que impediu, portanto, o enraizamento local de práticas sociais que se transformariam, se o tempo histórico permitisse, em “tradicionais”. Impedidas no passado pela concentração da propriedade da terra e pela pobreza generalizada, a maior parte das populações, na história brasileira, foi forçada a migrar, procurando outras formas de sobrevivência e observamos ao longo do tempo uma sociedade de errantes. Em consequência, não mantendo formas de interação social mais duradouras, como se formariam “povos tradicionais” em nossas regiões rurais? O uso da expressão, desta forma, pretende apenas salientar especificidades sociais e culturais que são, sobretudo, construções imaginárias, defendidas em função de outros objetivos, mas sem nenhuma colagem com as realidades agrárias.

Essa é ilustração que, somada às demais, sugere que esse tem sido um período de convergência de diversos equívocos, tanto analíticos como políticos. Sua materialização nas políticas governamentais do período produziram propostas de ação com escassos resultados práticos a favor das maiorias sociais que ainda habitam as regiões rurais brasileiras.

Oitava proposição: *Como resultado de processos econômicos e financeiros aprofundados no período recente, o Brasil caminha para uma "via argentina" de desenvolvimento agrário, com a crescente predominância da agricultura de larga escala e o gradual abandono das famílias rurais moradoras dos pequenos estabelecimentos. Permanecerão apenas bolsões de pequenos produtores, em alguns ramos produtivos específicos.*

Os autores deste artigo subscrevem como correta, ainda que sua explicação possa ser nuançada, a tendência sugerida pelo referido “projeto sete teses”. Para os autores desse projeto, uma das teses sobre o desenvolvimento agrário brasileiro aponta que os processos econômicos e financeiros ora em desenvolvimento nas regiões rurais do país estão produzindo, em particular, o adensamento de duas tendências principais – o esvaziamento do campo e a predominância da agricultura de larga escala, de um lado e, de outro, o inchamento urbano em algumas

regiões metropolitanas principais. Segundo os autores daquele artigo:

Provavelmente, em prazo não muito distante vingará no país outro modelo, similar à história agrária da Argentina, um país que desenvolveu com algum êxito determinados setores produtivos agropecuários, mas observou simultaneamente o drástico esvaziamento demográfico de suas regiões rurais. O caso brasileiro, em termos produtivos, experimenta um sucesso muito mais significativo, mas atravessa por enquanto uma transição demográfica, a qual poderá ou não repetir a experiência argentina, no tocante às dimensões de sua população rural. Mantidas as tendências econômicas atuais, aquele padrão do país vizinho provavelmente se repetirá em prazo médio, em muitas regiões do Brasil rural. A única possibilidade de se evitar a plena consolidação de uma “via argentina” de desenvolvimento agrário é instituir, pela primeira vez, uma verdadeira política de desenvolvimento rural, resultante de um amplo e plural processo de debates sobre as realidades agrárias, capaz de confrontar a atual mitologia sobre as regiões rurais que a muitos encanta (...) Urge, portanto, obter uma resposta da sociedade à pergunta: queremos um pujante país agrícola, o maior produtor de alimentos do mundo, assentado em uma agricultura de bases tecnologicamente modernas, mas operado quase exclusivamente em unidades produtivas de larga escala? (BUAINAIN et al., 2013, p. 119)

Nona proposição: *Ainda haveria uma saída, contudo: desenvolver um debate sem interdições, o qual concluiria, provavelmente, que a única saída para ainda garantir a persistência de uma proporção de pequenos produtores é o acesso à ciência e à tecnologia operada pela agricultura moderna. Não parece existir outra saída para os pequenos produtores rurais.*

Poderia ser vislumbrado outro caminho para os pequenos produtores rurais? As alternativas são quase inexistentes: a agroecologia, tal como difundida no Brasil, não é mais do que evidente fraude e uma ficção tecnológica, conforme antes discutido, enquanto a agricultura orgânica ocupa apenas nichos de mercado, não abrindo espaços mercantis para expressivas proporções de pequenos produtores. Em consequência, não existiria mesmo outro caminho – ou os pequenos produtores se integram fortemente aos mercados, mas conduzindo fortes compreensões (e adoção) da agricultura moderna ou, então, seu destino estará selado em tempo médio relativamente próximo.

Genericamente, considerado o conjunto de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros (excluídos quase 800 mil estabelecimentos cujas declarações censitárias foram insuficientes, por variadas razões), é possível segmentar quatro grandes estratos de estabelecimentos que requerem olhares interpretativos inteiramente distintos, os quais são os seguintes:

- 500 mil estabelecimentos rurais que respondem por aproximados 85% do total da produção agropecuária (em valor bruto), os quais não necessitam de assistência técnica pública e gratuita, pois seus níveis de renda permitiriam contratar serviços de assistência técnica privada e paga;
- Um estrato de 2 milhões de estabelecimentos rurais: é o conjunto que requer acesso urgente às tecnologias da agricultura moderna, o que garantiria sua permanência como produtores rurais, capazes de produzir eficientemente e com níveis de renda aceitáveis. Poderão vir a constituir uma típica classe média rural, relativamente próspera e com perspectiva futura mais promissora;
- Outro segmento, compreendendo aproximados 500 mil estabelecimentos, poderão também ser incorporados ao segmento acima citado, mas suas condições de renda e capacidade produtiva são muito mais precárias e, assim, sua permanência na atividade dependerá muito da qualidade de serviços prestados de acesso à tecnologia moderna, políticas públicas diferenciadas (com níveis mais elevados de subsídio financeiro) e mais regulares. A probabilidade de sua permanência na atividade variará circunstancialmente, de acordo com diferentes variáveis existentes nas regiões rurais;
- Finalmente, é preciso reconhecer que existe um segmento de estabelecimentos rurais, cuja dimensão varia entre 1,5 a 2 milhões de unidades, para os quais não existe solução agrícola capaz de oferecer níveis de renda satisfatórios que assegure a sua permanência no campo *como produtores*. A maioria permanecerá no campo como moradores, desenvolvendo uma pequena atividade agrícola de subsistência e sobrevivendo, em particular, das transferências monetárias do sistema de políticas sociais atualmente existentes. São, em sua vasta maioria, casais de moradores rurais envelhecidos e seu passamento ocorrerá em dez a quinze anos. Habitam, em grande proporção, as regiões rurais do Nordeste, conforme antes salientado. Após este período, a estrutura fundiária brasileira sofrerá um abatimento correspondente de centenas de milhares de estabelecimentos, pois não terão herdeiros e os imóveis, ou serão vendidos ou, então, serão abandonados.

Causa enorme espanto que essas diferenciações sejam ignoradas na ação governamental atualmente em curso no Brasil, assim como as estratégias tecnológicas que poderiam, da mesma forma, indicar os caminhos da assistência técnica mais adequada a cada um dos segmentos e suas particularidades regionais. Somente como ilustração, conforme a Tabela 2, abaixo, sugere tão enfaticamente, as atividades agrícolas também requerem diversas metodologias e metas em termos de serviços de ATER. Se os rendimentos físicos médios apresentam a enorme variabilidade indicada para alguns cultivos e também para a produção de eucalipto e para a pecuária de corte, então parece mais do que evidente que a vasta maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros requer atualmente acesso igualmente diferenciado às tecnologias existentes (já amplamente validadas), um erro que tem sido o fracasso da ação extensionista estatal ligada aos serviços oferecidos pelos estados.

Tabela 2 – Rendimentos físicos na agropecuária brasileira (média de 2000 a 2010)

Cultivos/Criações	Média-Brasil	Melhores produtores	Estações de pesquisa
Milho ¹	3.507	12.000	16.000
Soja ¹	2.613	3.900	5.000
Feijão ¹	778	2.000	4.000
Eucalipto ²	30	80	120
Carne bovina ¹³	60	90	120

Fonte: CONAB e Embrapa.

Nota: (1) Kg/ha/ano;

(2) m³/ha/ano;

(3) Ganho em peso vivo.

Décima proposição: *Sem a concretização desse caminho antes sugerido (renovação dos debates sobre o tema, combinado com o acesso à tecnologia moderna pelos pequenos produtores), em duas décadas o Brasil rural será radicalmente distinto.*

Mantida a atual política governamental para o campo e seu longo rosário de erros e dogmas que apenas desperdiçam recursos públicos e quase nada produzem concretamente, não será preciso um período relativamente longo para que se observe um Brasil rural radicalmente diferente do que o existente atualmente. Se examinadas as regiões rurais, já observamos atualmente o delineamento concreto da divisão do País em quatro grandes “elipses territoriais”, as quais observam tendências relativamente distintas no tocante aos processos sociais, econômicos e demográficos que impactam sobre o mundo rural, conforme Figura 1.

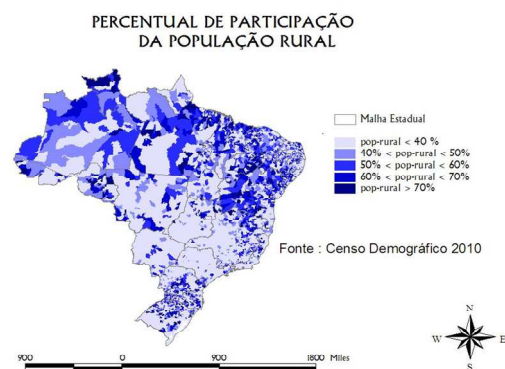


Figura 1 – As “quatro elipses” do desenvolvimento agrário brasileiro

Fonte: adaptado do Censo Demográfico, IBGE, 2010.

- Elipse do Norte: trata-se de área que circunscreve uma região iniciada no Acre, cobrindo todo o Amazonas e os estados de Roraima e Amapá, assim como uma boa parte do Pará ocidental. Esta é região que não tem mais a chance histórica de desenvolver atividades agropecuárias, pois seus espaços florestados estão engessados em função dos imperativos ambientais, tanto aqueles nacionais como as pressões derivadas das pressões externas ao Brasil. Nesta vasta região, os processos migratórios deverão se acelerar ainda mais e os espaços não urbanos se tornarão apenas o domínio das

florestas, com escassa presença humana e será preciso ainda intensa pesquisa para demonstrar a viabilidade econômica do extrativismo e outras opções supostamente viáveis sem a alteração da cobertura florestal;

- b) Elipse do Nordeste rural: esta é região que sofrerá a maior sangria demográfica, conforme antes adiantado. Cobre a região que se estende do norte de Minas Gerais e até a parte mais seca do Maranhão oriental. É território no qual as atividades econômicas agropecuárias serão confinadas, cada vez mais, às subpartes onde existem regimes hídricos mais favoráveis, mas as demais sofrerão perdas populacionais cada vez mais significativas. O semiárido é o bioma que cobre praticamente toda a região, o qual já vem observando processos migratórios que reduzem a população rural de faixa etária dos mais jovens e dos adultos até o estrato de 30 a 40 anos. O resultado tem sido um marcado processo de envelhecimento das regiões rurais, com as famílias que permanecem vivendo crescentemente de diferentes tipos de bolsas governamentais, além das aposentadorias rurais. Esse grande grupo de casais mais velhos que vem permanecendo nas áreas rurais não estará mais presente em dez a quinze anos e, desta forma, seu passamento representará um dos processos sociais mais importantes no mundo rural brasileiro. No geral, não serão substituídos por herdeiros e muitas regiões se tornarão esvaziadas de qualquer população. Sobre tais processos sociais e demográficos, incidirá ainda a inclemência climatológica decorrente do fenômeno das mudanças climáticas, com todos os modelos de simulação indicando que o Nordeste rural será uma das regiões mais afetadas, com elevações ainda mais acentuadas das médias de temperaturas. O futuro agrícola desta região se resumirá a bolsões onde existam condições produtivas pelo menos razoáveis;
- c) Elipse do Brasil central (que se estende ao longo do eixo oeste-leste): esta grande parte do território nacional se tornará, crescentemente, o domínio da agricultura de larga escala associada a áreas específicas de pequenos produtores fortemente modernizados, em alguns subsetores da produção agropecuária. Começa em Rondônia, no extremo oeste, e se estende aos estados litorâneos e de agricultura comercial antiga, a leste. A fronteira norte desta elipse é o início da “elipse do Norte” citada acima, cuja fronteira é o Norte do Mato Grosso, no Centro-Oeste e, mais à leste, as regiões do semiárido da Bahia e do norte mineiro. Ao sul, esta é elipse que cobre todo o estado de São Paulo, adentrando o norte paranaense. Em toda essa região, os processos econômicos e comerciais consolidam rapidamente, em especial, aqueles estabelecimentos de alta densidade monetária, usualmente aqueles de maior porte e escala. Permanecem pequenos estabelecimentos (em área) somente se forem de maior porte econômico e especializados em determinadas atividades especializadas. Como em grande parte da região se desenvolvem as atividades industriais e os setores de serviços mais dinâmicos, os fatores de atração exercem forte influência nas decisões migratórias dos moradores das áreas rurais, esvaziando-as rapidamente;
- d) Elipse do Sul: esta é única região brasileira na qual poderão permanecer ativos um grande número de pequenos produtores, desde que inteiramente modernizados e integrados às cadeias produtivas. Já são relativamente mais capitalizados, em comparação à pequena produção rural das demais regiões e seus níveis de capitalização tenderão a crescer ainda mais. Estarão sujeitos à lógica do regime econômico dominante e, desta forma, os processos de diferenciação social, aumento da especialização e os tamanhos da escala média de produção tenderão a se impor, selecionando aqueles estabelecimentos que mostrarem maior capacidade de adaptação à competição nos diferentes ramos da produção agropecuária, enquanto os demais observarão crescente dificuldade de permanecer na atividade. Será o último “bolsão” de pequenos produtores no mundo rural brasileiro.

Mantidas as tendências desse “quadro de elipses”, em aproximados dois decênios o Brasil rural será fortemente distinto do que é atualmente. A maior parte das regiões rurais estará visivelmente esvaziada

em termos demográficos, com largos contingentes populacionais migrando para as cidades médias de maior atratividade regional, ou até mesmo para as regiões metropolitanas. A aventura da migração, que meio século atrás era uma “aventura no escuro”, tornou-se uma decisão extremamente facilitada em função das transformações operadas no sistema viário e na capilaridade dos meios de transporte, associados à profusão de informações sobre novas ocupações e postos de trabalho em locais, muitas vezes, distantes do local de moradia dos potenciais migrantes. Abandonar as regiões rurais, em nossos dias, se tornou uma decisão relativamente mais fácil de ser adotada por membros das famílias moradoras nos estabelecimentos rurais de menor porte econômico. É o que justifica os argumentos apresentados sob esta última proposição, que converge as anteriores e representa a culminação de um processo de notável mudança social, demográfica e espacial no Brasil rural.

Sob esta potencial “grande transformação”, nas décadas vindouras os estudiosos lerão como ironia e certo espanto a narrativa dominante em nossos dias e se perguntarão sobre a justificativa de tantos erros governamentais e a decisão de nossas elites de apenas observarem apaticamente o esvaziamento do campo brasileiro, sem nada fazerem substantivamente para assegurar a permanência produtiva de pelo menos uma parcela expressiva da pequena produção rural em condições que fossem economicamente mais prósperas. Um Brasil assim modificado se tornará, sem dúvida alguma, pior do que um país que mantivesse um interior povoado e ativado sob inúmeras dinâmicas econômicas.

2 Conclusões

Este artigo procurou analisar criticamente a utilização da expressão agricultura familiar no Brasil, à luz, em especial, do desenvolvimento agrário observado no período recente, sobretudo a partir de meados da década de 1990 – exatamente quando aquela expressão foi primeiramente institucionalizada. O artigo propôs “dez argumentos gerais”, na forma de proposições genéricas, embora cada uma delas dedicadas a um foco específico.

A leitura das dez proposições submetidas à discussão e suas conclusões, ainda que possam ser objeto de debates e contra-argumentos, deveria estimular entre os interessados uma intensa e ampla discussão sobre os rumos das transformações observadas nas regiões rurais do país. Em termos mais gerais, o Brasil rural tem sido submetido, nas duas últimas décadas, a dois processos econômico-sociais de maior magnitude: de um lado, extraordinário e vigoroso processo de modernização tecnológica, o qual tem alçado o País à proeminente posição de destacado produtor mundial de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, elevando notavelmente a produtividade total de fatores na atividade e produzindo, em montantes crescentes, um

extraordinário processo de acumulação de capital. O outro lado, contudo, mostra uma face negativa, sobre a qual a pesquisa não tem dedicado maior esforço: os processos de seletividade social têm sido acentuados fortemente, gradualmente esvaziando o campo brasileiro de sua força de trabalho mais operosa e ativa e aprofundando o envelhecimento das famílias rurais que ainda permanecem como moradoras das regiões rurais.

Como pano de fundo contextual para essas mudanças estruturais ora em curso, as políticas governamentais têm sido não apenas errôneas em suas interpretações sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, mas mistificadoras, ao criarem e disseminarem um conjunto de fantasias inócuas e inconsequentes sobre as necessidades sociais, econômicas e produtivas da maior parte dos produtores rurais de menor porte, que é o conjunto atualmente empurrado contra a parede pela lógica econômica dominante na atividade. À luz de tais processos, pelo menos do ponto de vista social, o futuro próximo não parece ser o mais promissor para a sua estruturação societária: o Brasil poderá ser o maior produtor de alimentos do mundo, mas suas regiões rurais e o interior do país serão um deserto demográfico.

Referências

- ALVES, E.; ROCHA, D., “Ganhar tempo é possível?”, In: GASQUES, J.G. et al. (Orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 275-289.
- ALVES, E. et al. Lucratividade da agricultura, **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XXI, n. 2, p. 45-63, abr./jun. 2012.
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: UNESP, 2011.
- BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa; IICA; UNICAMP, 2014. No prelo.
- _____. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XXII, n. 2, p. 105-121. abr./jun. 2013.
- MACDONALD, J. M. et al. Farm size and the organization of the U.S. crop farming, **Economic Research Report**, Washington, n. 152, p. 33, ago. 2013.
- MIELE, M.; MIRANDA, C. R. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: NAVARRO, Z. e CAMPOS, S.K. (Orgs). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. p. 201-231.
- NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. et al. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.
- _____. Agroecologia: as coisas em seu lugar. A Agronomia brasileira visita a terra dos duendes. **Colóquio**, Taquara, v. 1, n. 1, p. 11-45, jan./jun. 2013.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. (Textos para Discussão, n. 42).
- PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: trajetórias internacionais e o caso brasileiro. O desafio da nomeação e suas implicações práticas”. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa; IICA; UNICAMP, 2014. No prelo.